

# DO SINGULAR AO PLURAL: INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Vinicius Goncalves dos Santos<sup>1</sup>

João Matos Filho<sup>2</sup>

Marilia Medeiros de Araujo<sup>3</sup>

Débora Chaves Meireles<sup>4</sup>

José Alderir da Silva<sup>5</sup>

## RESUMO

Tem por objetivo propor parâmetros de compreensão da dinâmica da sustentabilidade na economia solidária. Parte do pressuposto que tais atividades possuem uma racionalidade específica referente ao modo como combinam os seus recursos produtivos, humanos e materiais. Infere que a dimensão econômica e da sustentabilidade deixam de ser percebidas de forma unidimensional para assumirem uma perspectiva plural. Questiona a perspectiva da economia neoclássica e seus axiomas utilitaristas que reduzem a dimensão dos critérios de sustentabilidade a uma análise de mercado. Adota uma pesquisa de natureza bibliográfica. Evidência a importância dos indicadores de sustentabilidade na economia solidária.

**Palavras-chave:** Indicadores. Sustentabilidade. Unidimensional. Plural.

## ABSTRACT

Aims to propose parameters for understanding the dynamics of sustainability in the social economy. Assumes that such activities have a specific rationale for the way they combine their productive resources, human and material. Infers that the economic dimension of sustainability and cease to be perceived as one-dimensional perspective to take plural. Questions the perspective of neoclassical economics and its utilitarian axioms that reduces the dimension of sustainability criteria for a market analysis. Adopts a survey of bibliographical and documentary. Evidence of the importance of sustainability indicators in the social economy.

**Keywords:** Indicators. Sustainability. Unidimensional. Plural

---

<sup>1</sup> Possui graduação em economia pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL), Licenciatura em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atualmente é mestrando em economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Endereço: Av das Brancas Dunas 3693, AP-104, condomínio bairro latino, BL33, Candelária. Natal (RN). Telefone: (84) 9640-7968. E-mail: Goncalves.economia@hotmail.com

<sup>2</sup> Possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal do Ceará (1970), mestrado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1991), Doutorado em Ciência Econômica pela Universidade Federal de Campinas (2002). Atualmente é professor de economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Endereço profissional: Av. Senador Salgado Filho, s/n, Lagoa Nova. Departamento de Economia. CEP: 59072970. Natal (RN). Telefone: (84) 2153-3512 e (84) 9474-6771. E-mail: matosfilho@gmail.com.

<sup>3</sup> Possui graduação em Economia pela Universidade Federal da Paraíba (2010), na qual foi bolsista do programa de monitoria da Pró-Reitoria de Graduação – RPG/UFPB. Foi professora do curso Bacharelado em Economia das Faculdades Integradas de Patos (FIP). Atualmente é mestranda do curso de Economia Regional da Programa de Pós-graduação em Economia - PPGECO da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Endereço: Rua Enfª Ana Mª Barbosa de Almeida, 631, Bancários, João Pessoa-PB. CEP: 58052-270. Telefone: (84) 9838-0994 e (83) 8856-7029. E-mail: mariliamedeirosaraujo@hotmail.com

<sup>4</sup> Possui graduação em Economia pela Universidade Federal da Paraíba. Atualmente é mestranda do programa de pós-graduação de economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: deborameireles\_88@yahoo.com.br

<sup>5</sup> Possui graduação em Economia pela Universidade Federal da Paraíba. Atualmente é mestrando do programa de pós-graduação de economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: josealderir16@hotmail.com

## 1. INTRODUÇÃO

Após o debate<sup>6</sup> acerca da problemática que envolve o tema da sustentabilidade na economia solidária, chega-se ao consenso de que a sustentabilidade deve estar vinculada a um propósito. O propósito até aqui apresentado tem como referência o sentido da economia solidária, enquanto instância representativa para vida de muitos trabalhadores.

Para isso, evidencia-se a junção de uma dimensão solidária com aspectos empreendedores, de organização dos fatores produtivos e de sua gestão voltada para o enfrentamento dos obstáculos e à realização das metas, constituindo o conjunto da atividade em uma racionalidade específica que a diferencia de outros tipos de empreendimentos (GAIGER, 2007b).

A partir de então, é possível vislumbrar uma nova perspectiva de pensar a sustentabilidade dessas atividades. Primeiramente, convém destacar os diferentes princípios de comportamento econômico que caracterizam os EES. Para isto, faz-se menção as idéias lançadas por Polanyi (2000), em “*A Grande Transformação*”, onde se lança a crítica a proposta liberal de uma sociedade conduzida por um mercado auto-regulador.

Com referência nas diretrizes traçadas por Polanyi (Ibidem) e no debate acerca da problemática da sustentabilidade na economia solidária (SANTOS *et al.*, 2013), o presente trabalho tem por objetivo propor parâmetros de compreensão da dinâmica da sustentabilidade na economia solidária. Tal proposta se justifica pela falta de clareza e da

existência de indicadores de sustentabilidade que dêem conta da dimensão da economia solidária. Para a realização de tal empreitada, adota-se uma pesquisa de natureza bibliográfica.

Além desta introdução e das considerações finais, a estrutura do artigo contém mais três seções. A segunda seção trata da economia substantiva, como apresentada por Karl Polanyi. A terceira seção aborda a dimensão da sustentabilidade plural na economia solidária. Na quarta seção, são apresentados indicadores de sustentabilidade para economia solidária. Por fim, têm-se as considerações finais do estudo.

## 2. ECONOMIA SUBSTANTIVA

A crítica é direcionada para o que seria uma compreensão estreita e discriminatória da economia, que são expressas por três reducionismos que foram introduzidos pela economia neoclássica em sua ênfase pela eficiência: 1º a redução de toda economia à economia de mercado; 2º a redução de todo mercado ao mercado auto-regulado; e, 3º a redução de toda empresa econômica a empresa capitalista (LAVILLE, 2004, apud GAIGER, 2007a).

Segundo tais parâmetros, há uma clivagem ideológica que relega um papel secundário para os tipos de atividades que não se enquadram nesses setores. Assim, quem não pertence a esse domínio é visto como retroativo, ineficiente e atrasado. Através do olhar sobre a *Nova Sociologia Econômica*, Polanyi (2000) desnuda a economia substantiva que foi renegada pela escola neoclássica.

---

<sup>6</sup> Faz referência ao artigo “A problemática da sustentabilidade na economia solidária: um debate na fronteira da ciência” (SANTOS *et al.*, 2013).

De acordo com a abordagem da economia substantiva, existem quatro princípios de comportamento econômico: a domesticidade, que faz referência a produção familiar, distribuída e consumida na unidade familiar; a reciprocidade, que governa o intercâmbio de benesses (dádiva) entre os membros da sociedade com objetivo de reforçar os laços sociais; a redistribuição, que dirige a produção apropriada por uma autoridade, que a armazena e se encarrega de distribuí-la; e, o mercado, que faz referência a atividades de agentes independentes, de troca de bens e serviços, que competem em um espaço comum (FRANÇA FILHO, LAVILLE, 2004).

Cabe atentar para o fato de que, as transferências de bens e serviços, orientadas pela domesticidade e pela reciprocidade não envolvem pagamentos, formando assim a esfera não-monetária da economia. De maneira análoga, as atividades que visam a troca em mercado formam a esfera mercantil. Deste modo, o estudo da sustentabilidade dos EES perpassa pela compreensão de uma economia plural. Quanto à reciprocidade, convêm destacar que

Desde as suas origens modernas, coube à reciprocidade cumprir um papel vital de alargamento da experiência humana de reprodução da vida, ao contrapor-se às determinações e às limitações impostas pela racionalidade estrita do capital. Mantiveram-se assim vigentes outros princípios e outras lógicas de organização do trabalho, de criação de

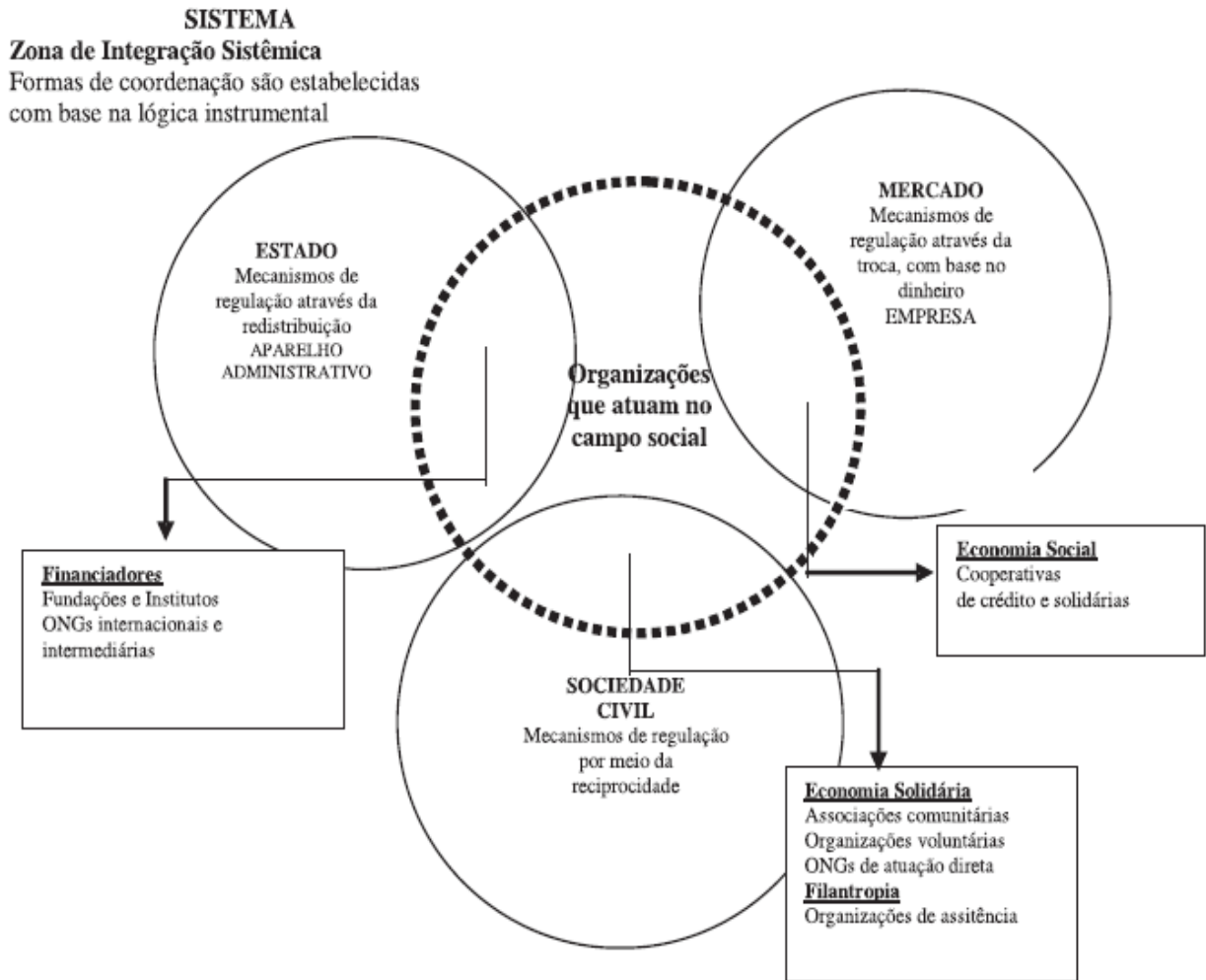
bens e de circulação da riqueza, ao lado da economia de mercado capitalista, configurando uma *economia plural*, nos termos da Nova Sociologia Econômica (LÉVESQUE *et al.*, 2001). (GAIGER, 2007a, p. 4-5)

Os EES compreendem assim, uma tentativa de articulação entre economia mercantil (Mercado), não-mercantil (Estado) e não-monetária (Reciprocidade), com a proposta de acumular as vantagens da economia monetária juntamente com a busca da igualdade que se processa pelo princípio da redistribuição, considerando as relações que ocorrem na economia não-monetária.

Com isso, se faz importante compreender a economia solidária como um fenômeno social situado no tempo, onde se processa formas inovadoras de atuação do Estado e da própria sociedade civil. Nas palavras de França Filho e Laville (2004),

A análise histórica do ressurgimento da economia solidária, nos anos 90, leva-os a concluir que a economia solidária, como resposta à crise do paradigma fordista e do estado de bem-estar social, é um híbrido formado por atividades recíprocas desenvolvidas por voluntários, atividades de mercado desenvolvidas por profissionais e atividades financiadas por subsídios estatais. (p.7)

Em síntese, existe um espaço de interação entre as diferentes lógicas denominado de Zona de Integração Sistêmica, que pode ser verificado através do quadro 1 (forma híbrida de interação dos EES com as diferentes instâncias econômicas).



Quadro 1: As organizações que atuam no campo social e suas interfaces. Fonte: Andion, 2005.

A idéia de hibridação exposta pelo quadro acima remonta a considerações acerca das ações do Estado junto à economia solidária, o papel dos EES perante a sociedade civil, e a sua forma de inserção no mercado.

No lugar, portanto, de resumirmos a economia ao mercado, parece-nos preferível pensá-la enquanto economia plural, ou seja, admitirmos que, em relação ao conjunto de práticas que conformam a dinâmica econômica mais ampla, existem diferentes princípios em interação (para além do princípio mercantil), como é o caso da redistribuição e da reciprocidade. É exatamente este olhar ampliado da dinâmica econômica mais geral, que nos permitirá entender mais adequadamente o processo singular de uma economia solidária, que tende a reunir diferentes lógicas em interação (FRANÇA FILHO, LAVILLE, 2004, p. 17).

Essa forma de pensar a economia revela os elementos de um novo paradigma social, na medida em que evidência a coexistência de lógicas econômicas distintas e complementares, que implica que os EES sejam geridos de uma forma particular, exigindo um modelo diferente de auferir a sustentabilidade (REIS; FRANÇA FILHO, 2005).

### 3. SUSTENTABILIDADE PLURAL

A compreensão de uma economia substantiva corresponde ao primeiro passo para a percepção de que a dinâmica da economia solidária é permeada por diferentes dimensões e perspectivas. Para o presente estudo, adota-se a dimensão econômica

(LISBOA, 2005; POLANYI, 2000), política (SEN, 2009; FRANÇA FILHO; DZMIRA, 2004, apud REIS; FRANÇA FILHO, 2005), da ambiência (KRAYCHETE, 2012; GAIGER, 2012), associativa (KRAYCHETE, 2008; ROSENFELD, 2007; RAY, 2000) e do capital social (RAY, 2000).

A figura 2 ilustra as cinco dimensões destacadas para análise da sustentabilidade na economia solidária. Convém frisar que tais

perspectivas são complementares e não excludentes. Desta forma, a análise de uma sustentabilidade plural só se faz possível quando se considera o conjunto da totalidade. Tal perspectiva representa o que há de inovador na economia solidária, mas ao mesmo tempo apresenta uma série de dificuldades em correlacionar dimensões diferentes para uma análise sistêmica da sustentabilidade.



Figura 2: Dimensão da sustentabilidade plural. Fonte: Elaborada pelo autor.

### 3.1. Dimensão econômica

Corresponde a abordagem da economia plural, o que envolve o componente mercantil, não-mercantil e o não-monetário (POLANYI, 2000). Trata-se das formas de gestão dos recursos financeiros e não financeiros utilizados na organização dos EES. Para Lisboa (2005), a dimensão econômica possui os componentes fundamentais para auferir e avaliar a eficiência das atividades mercantis.

Embora a análise da eficiência não seja a mais adequada para esse tipo de atividade, a existência de excedentes (sobras) possibilita a capacidade dos empreendimentos reinvestirem em si mesmo, se renovar e expandir. É característico dessas atividades o fato da acumulação material estar submetida a limites, pois a capacidade existente de se produzir um excedente econômico é colocado a serviço dos objetivos dos EES.

A isto, Aristóteles (Apud SEN, 2000, p. 28) faz referência a relação entre os meios e fins, “[...] a riqueza evidentemente não é o bem

que estamos buscando, sendo ela meramente útil e em proveito de alguma outra coisa”. Com isso, a utilidade da riqueza fica limitada nas coisas que ela pode viabilizar – as liberdades substantivas (SEN, 2000).

### 3.2. Dimensão política

Aparece como o principal elemento de distinção dos EES. Assim, o empreendimento se converte em um espaço de expressão da cidadania e de aprendizagem da democracia (FRANÇA FILHO; DZMIRA, 2004, apud REIS; FRANÇA FILHO, 2005). Deste modo, a perspectiva de uma gestão horizontalizada contribui para a formação de agentes reflexivos e atuantes que caracterizam o ato político da economia solidária.

Com efeito, um dos argumentos mais poderosos em favor da liberdade política reside precisamente na oportunidade que ela dá aos cidadãos de debater sobre os valores na escolha das prioridades e de participar da seleção desses valores (SEN, 2000, p. 46).

O ato político aqui compreendido não se limita ao ambiente interno, é de fundamental importância o desenvolvimento de interação com os atores externos. Isso equivale ao fortalecimento das iniciativas no momento que atuam em rede e a existência de ações e políticas públicas para o fomento da economia solidária.

Outro ponto importante faz referência ao entrelaçamento entre o político e o econômico que juntos fazem surgir à possibilidade de unificação de princípios de outra *economia* ao mesmo tempo em que representam uma crítica e uma ação substitutiva ao modelo dominante de desenvolvimento (GAIGER, 2007b, p. 444). Assim, segundo Scherer-Warren (1996, p. 15, Apud GAIGER, 2007b, p. 445)

As formas alternativas de produção e de geração de renda são encaminhadas pelos proponentes de projetos com uma dupla finalidade: a de se viabilizarem economicamente e a de serem espaço pedagógico de conscientização e de desenvolvimento da cidadania. Do ponto de vista econômico, o projeto deve gerar a capacidade de sobrevivência dentro de um sistema vigente, mas deve também incorporar uma crítica ao modelo de desenvolvimento econômico dominante.

Com isso, o ato político se converte no papel transformador de tal movimento, na medida em que submete o econômico aos objetivos e finalidades de tais iniciativas. Segundo o próprio Gaiger (2007a), sem essa expectativa, a economia solidária seria inexplicável.

### 3.3. Ambiência

Remonta as idéias levantadas por Kraychete (2012), e reforçadas por Gaiger (2000), compreendendo a existência das condições necessárias para que o empreendimento possa ter êxito. Essa ideia faz referência à temática da *liberdade substantiva* de Sen (2000), onde a condição de agente aparece restrita e limitada pelas oportunidades sociais, políticas e econômica que os agentes dispõem.

Desta forma, os meios que possibilitam a esses atores exercerem um determinado tipo de vida são vistos como condições necessárias para se atingir um processo de desenvolvimento. Assim como a hipótese adotada no presente trabalho, a ambiência corresponde aos meios que os empreendimentos dispõem para alcançar os seus objetivos: acesso ao espaço físico, acesso aos meios de produção, acesso a ferramentas gerenciais, acesso ao crédito etc.

Nas palavras do próprio Sen (2000), os empreendimentos autogestionários, sobretudo

as cooperativas, se comportam como agentes de transformação social, mas que necessitam de um contexto e de uma estrutura favorável para que possam influenciar o processo de desenvolvimento.

O processo de desenvolvimento é crucialmente influenciado por essas inter-relações. Correspondendo a múltiplas liberdades inter-relacionadas, existe a necessidade de desenvolver e sustentar uma pluralidade de instituições, como sistemas democráticos, mecanismos legais, estruturas de mercado, provisões de serviços de educação e saúde, facilidades para a mídia e outros tipos de comunicação etc. Essas instituições podem incorporar iniciativas privadas além de disposições públicas, bem como estruturas mais mescladas, como organizações não-governamentais e entidades cooperativas (SEN, 2000, p. 71).

### 3.4. Dimensão associativa

Envolve a característica peculiar dos EES, de tal forma que se torna um indicador importante de sustentabilidade. Convém destacar a ênfase que é dada em muitos casos empíricos aos fatores de natureza econômica, sem levar em conta que a dimensão associativa tem uma destacada importância junto a essas iniciativas.

Mesmo quando o projeto é viável do ponto de vista estritamente econômico, podem surgir muitas tensões e conflitos pelo fato das “regras do jogo” não terem sido previamente combinadas. Antes de iniciar a atividade, é preciso que cada um dos envolvidos reflita sobre as implicações do projeto em termos de compromissos e responsabilidades que terão que ser assumidos. [...] É comum, por exemplo, que se vislumbrem apenas os benefícios esperados de uma atividade econômica, sem anteverem o trabalho, as exigências e as responsabilidades que delas resultam (KRAYCHETE, 1998, p. 24).

Deste modo, a autogestão aparece como o eixo de compreensão da economia

solidária. A autogestão distingue as empresas solidárias das demais empresas cooperativas capitalistas, como também é um aspecto peculiar que permite que esses empreendimentos possam por em prática os princípios que norteiam a economia solidária (ROSENFELD, 2007).

A isso Gaiger (2007a) atribui que o êxito dos empreendimentos fica condicionado a fatores do qual os efeitos positivos decorrem do caráter socialmente cooperativo por eles incorporado. Assim, se estabelece uma *comunidade de trabalho*, que incorpora uma ação propositiva, e que passa a co-determinar a racionalidade econômica. Para isso, leva-se em consideração que

[...] um elemento comunitário, de ação e gestão conjunta, cooperativa e solidária, presente no interior dessas unidades econômicas efeitos tangíveis e concretos sobre o resultado da operação econômica. Efeitos concretos e específicos nos quais se possa discernir uma particular produtividade dada pela presença e crescimento do referido elemento comunitário, análoga à produtividade que distingue e pela qual se reconhecem os demais fatores econômicos. (RAZETO; 1993, p. 40-1). (GAIGER; 2007a, p. 5-6)

Desta forma, as questões associativas possuem um reflexo direto sobre a autogestão do empreendimento. Com isso, infere-se que o associativismo conduz à compreensão de algumas categorias: “autogestão”, “regras do jogo” e “empoderamento”. O empoderamento representa uma dimensão das relações associativas que funciona como um catalisador para o desenvolvimento da ação local.

A questão do empoderamento remonta as idéias desenvolvidas por Sen (2000) sobre as perspectivas dos fins e os meios que o processo de desenvolvimento exige, onde a perspectiva da liberdade deve ser colocada no centro das atenções.

Nessa perspectiva, as pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas – dada a oportunidade – na conformação de seu próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento. O Estado e a sociedade têm papéis amplos no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas. São papéis de sustentação, e não de entrega sob encomenda. (SEN, 2000, p. 26)

A temática do papel coletivo que envolve o processo associativo ganha um lugar de destaque na busca pelo desenvolvimento e da sustentabilidade da economia solidária, uma vez que aceita a idéia que os grupos têm, ou devem adquirir, a capacidade de assumir alguma responsabilidade por trazer o seu próprio desenvolvimento socioeconômico (RAY, 2000).

### 3.5. Capital social

De acordo com essa vertente, pensar a sustentabilidade requer um debate acerca da *“(...) propensão dos indivíduos para associar juntos em uma base regular, a confiar um no outro, e se envolver nos assuntos da comunidade”* (HALL, 1999, p. 147, Apud RAY, 2000, p. 10).

Ray (Ibidem) refere-se ao ponto central da sustentabilidade dos empreendimentos econômicos solidários, o capital social. Segundo o autor, muita importância tem sido atribuída ao capital social como uma força de desenvolvimento endógeno, mas pouco se tem discutido sobre os mecanismos pelo qual o capital social entra em operação.

A teoria caminha no sentido de que a capacidade para atuação inerente à hipótese exige o reconhecimento dos fatores psicológicos envolvidos no nível do indivíduo (RAY, Ibidem). Desta forma, o ponto fundamental para sustentabilidade são os

próprios atores sociais. Assim, as implicações que foram relacionadas como “ambiência”, “tecnologia” e a forma de inserção e organização do mercado seriam apenas algumas das condições a serem consideradas, mas não esgota os atributos necessários para alcançar a sustentabilidade almejada.

O ponto central para entender o desenvolvimento e a sustentabilidade dessas atividades recai sobre o conceito de “inteligência emocional” (GOLEMAN, apud, RAY, 2009). Tal denominação é utilizada para enfatizar as características necessárias dos indivíduos para formar as relações de confiança em que a cooperação é construída. Refere-se a uma “capacidade” que entra em conexão com a teoria dos mecanismos psicológicos.

Dentro do contexto da economia solidária, para o capital social ser um conceito útil, às condições e ao processo que provocam um tipo particular de desenvolvimento, precisa ser definido. O capital social é nutrido por relações de confiança que são iniciadas e sustentadas dentro da mente individual. Isso remete a um das suas características, que é a sua capacidade de ser acumulado ao longo do tempo (BOURDIEU, 1986, apud, RAY, 2000). Desta maneira, as relações de confiança materializadas na forma de energia social podem ser utilizadas em prol de um interesse coletivo amplo.

Para que isso possa ser efetivado, é preciso que se leve em conta que os componentes da inteligência emocional se encontrem em conexão com a autoconsciência, gestão emocional, automotivação, empatia e gestão de relacionamento. Nessa estrutura, a autoconsciência aparece como a base de toda inteligência emocional. Neste caso, refere-se à sensação de pertencimento que os sujeitos nutrem com relação a algo.



Outro fator importante para compreender a potencialidade do capital social está relacionado com a capacidade de gerir a autoconsciência coletiva de modo a produzir um comportamento adequado a um contexto. Assim, se faz necessário a existência dos atributos da empatia como centro canalizador das emoções. Isso significa dizer que essas emoções devem ser geridas por um sujeito nutrido de carisma dentro do grupo na busca dos objetivos coletivos (RAY, 2009).

Visto isto, a empatia passa a ser crucial por ser responsável em promover a ligação entre as emoções individuais e da criação e manutenção de relações de sucesso com os outros (RAY, *Ibidem*). Portanto, a empatia é o mecanismo psicológico pelo qual a coesão social do grupo é ativada.

Para resumir, até agora, a teoria da inteligência emocional - com base em uma síntese de estudos empíricos psicológicos - proporciona uma compreensão de como um indivíduo é capaz (ou não pode) ser confiante de outros, e, portanto, é capaz de permitir relações de confiança entre si e outros, para emergir e ser sustentado. Esta capacidade é operacionalizada através do fenômeno de "contágio emocional", pelo qual um indivíduo funcionando com sucesso tenderá a estimular uma resposta alternativa semelhante de outros com os quais entram em contato (RAY, 2000, p. ix, *tradução livre*).

Isso implica inferir que a confiança torna-se um capital social quando a inteligência emocional consegue fluir através de um grupo coeso, fortalecendo e reforçando os seus objetivos. Conseqüentemente, os tipos de associativismo que decorrem de relações de confiança se apresentam com uma propensão maior a sustentabilidade. Isso pode explicar

porque alguns movimentos cooperativos prosperam e outros fracassam.

#### 4. INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE

Com o surgimento da SENAES, o debate sobre a sustentabilidade passa ser circunscrito em torno de três perspectivas diferentes (TABELA 1). A primeira perspectiva representa a visão do Estado em busca de indicadores de sustentabilidade. Segundo Silva (2012, p. 112-113), a perspectiva do Estado é extraída a partir das atribuições da SENAES de fortalecer e divulgar a economia solidária como forma de organização socioeconômica.

Tendo o PIB como um indicador de medida econômica padrão, o aumento da participação dos empreendimentos econômicos solidários sobre o produto interno bruto constitui-se em um meio direto e eficaz de auferir a distribuição de renda (KRAYCHETE, 2012). Desta forma, mesmo com as críticas acerca da limitação do PIB enquanto indicador de sustentabilidade, tal análise pode ser útil quando tomada como um ponto de partida.

Segundo Gaiger (2007b, p. 447), uma parte significativa do PIB nacional provém de modalidades de atividades alternativas, *“como é patente no caso da pequena produção agrícola, cujo desempenho nos últimos anos evidencia uma capacidade de modernizar-se e tornar-se mais produtiva, sem perder o seu caráter familiar”*.

TABELA 1 – Perspectivas de sustentabilidade a partir da institucionalização da economia solidária

<b>Visão do Estado (SENAES)</b>	<b>Atores da economia solidária</b>	<b>Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES)</b>
1- Número de trabalhadores inseridos	1- Sistemas produtivos sustentáveis	1 - Quantidade e valor da produção
2 - Percentual de trabalhadores que recebem menos de um salário mínimo	2 - Consumo ético, consciente e responsável	2- Origem e forma de aquisição de insumos ou matérias-primas
3 - Participação da economia solidária no PIB	3 - Valorização e emancipação do trabalho	3 - Acesso à infraestrutura e equipamentos
-	4 - Redução das disparidades de renda e riqueza	4 - Agregação de valor nos produtos ou serviços
-	5 - Sistema financeiro solidário	5 - Forma de abrangência da comercialização
-	6- Reconhecimento da mulher e do feminino	6 - Investimentos realizados: fontes e características
-	7 - Resgate humano: valorização e inclusão de todas as pessoas nos resultados e conquistas	7 - Acesso ao crédito e adimplência
-	-	8 - Remuneração dos sócios

Fonte: produzido a partir de Silva (2012)

Outra forma de aborda a questão é sobre a perspectiva dos atores da economia solidária (organizações, empreendimentos econômicos solidários e dos órgãos de fomento). *“É o olhar dos indicadores a partir da própria concepção e características da economia solidária”* (SILVA, 2012, p.113). Sobre essa abordagem, se destaca formas de empreendedorismo e de organização do trabalho que buscam garantir a produção de bens e serviços de forma sustentáveis, com respeito aos valores éticos e ao meio ambiente.

Pelo exposto, fica claro que o olhar sobre a sustentabilidade que brota dos atores da economia solidária se constitui como uma abordagem multidimensional. A complexidade dessa abordagem reflete a natureza do fenômeno da economia solidária, como um

movimento recente e inacabado do ponto de vista da sua definição.

Uma terceira forma de análise remete a sistematização do conhecimento referente à economia solidária no Brasil. Trata-se de uma abordagem instrumentalizada direcionada pelo SIES (Fruto do Mapeamento da Economia Solidária). Tal abordagem busca auferir o desempenho dos EES através da capacidade que se dispõe para realizarem suas atividades, bem como a existência de uma conjuntura adequada para que essas atividades possam se desenvolver.

Com isso destaca-se a características dos produtos e serviços que esses empreendimentos oferecem a população, bem como a capacidade de agregarem valor a produção. Outro ponto importante remete a

comercialização, enquanto a capacidade desses empreendimentos superarem os limites do território no escoamento da sua produção. Aqui cabe a noção de território como concebida por Milton Santos (KON, 2004)

[...] transcendendo a idéia apenas geográfica de espaços contíguos vizinhos que caracterizam uma região, para a noção de rede, formada por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais. (p. 231)

A abordagem caminha também em direção aos diversos indicadores de desempenho político-organizacional que o SIES dispõe (SILVA, 2012):

- a. *Forma de organização do EES: formalização, registro...;*
- b. *Cooperação interna: Atividades coletivas realizadas por sócios;*
- c. *Cooperação externa: redes de cooperação entre EES;*
- d. *Aquisições, intercâmbios comerciais e trocas com outros EES;*
- e. *Rotatividade de dirigentes nas instâncias de direção do EES.* (p. 115)

Os indicadores de desempenho político-organizacional podem assumir um papel importante na medida em que revela as disposições sociais, envolvendo muitas instituições (Estado, mercado, partidos políticos, grupos de interesses públicos, fóruns de discussão pública etc.). Tal abordagem se destaca por revelar as contribuições que cada um dos aspectos elencados adiciona à expansão e à garantia das liberdades substantivas dos indivíduos.

Desta forma, Silva (2012) destaca que a construção de indicadores de sustentabilidade na economia solidária deve ser visto como possibilidades que precisam ser exploradas dentro de um universo novo e cheio de potencialidades. Gaiger (2007a) reforça os pontos levantados por Silva (Ibidem), na medida em que explora os resultados já consolidados do Mapeamento da economia solidária em 2006. Levando-se em conta a

racionalidade específica presente nessas atividades, identifica indicadores de alto empreendedorismo e de alto solidarismo.

Assim concebidos, os indicadores de alto desempenho têm a faculdade de apontar os atuais pontos de estrangulamento dos EES. No quesito *empreendedorismo*, as fraquezas situam-se no investimento em formação de recursos humanos, na obtenção de crédito para investimento, na concessão de férias ou descanso semanal para os trabalhadores e na estrutura de comercialização. [...] No quesito *solidarismo*, os pontos frágeis são a participação em redes, o comércio e o consumo solidários. Aqui, trata-se de limites nos *relacionamentos externos*, impostos pela fragilidade das iniciativas de articulação e pela inexistência de cadeias produtivas solidárias, capazes de estender-se e romper o isolamento dos empreendimentos, algo ainda distante da realidade (GAIGER, 2007a, p. 68).

Quando se observa os dados do mapeamento apresentados por Gaiger (2007a) pode-se concluir que as deficiências dos EES concentram-se nas *debilidades estruturais*, impactando sobre a sua forma de inserção no mercado e limitando sua capacidade de gerar excedentes com a capacidade de garantir a sua autonomia econômica, retribuições aos trabalhadores, investimentos em qualificação e coesão do grupo.

### Considerações finais

Conclui-se que os empreendimentos da economia solidária se caracterizam, sobretudo, por incorporarem uma racionalidade específica, relativa ao modo como ativam as suas atividades. Trata-se de uma relação orgânica que envolve a dimensão solidária, de autogestão, cooperação, empreendedorismo e gestão dos fatores produtivos com vistas à realização de metas específicas. A presença de uma racionalidade distinta tem como objetivo um projeto político-social amplo que supera a

dimensão econômica. São diferenças substanciais que a distinguem de outros tipos de empreendimentos.

Tal evidência implica na aceitação de uma economia substantiva. Assim, as iniciativas da economia solidária não podem ser compreendidas fora dessa dimensão. Desta forma, a análise da sustentabilidade desses empreendimentos precisa ser definida sobre a ótica de uma sustentabilidade plural. Essa hipótese representa um avanço, na medida em que considera um novo patamar de análise na economia solidária, mas ao mesmo tempo representa um campo de dificuldades, visto que se trata de uma temática que carece de estudos empíricos e teóricos.

Assim, fica evidente a importância dos indicadores de sustentabilidade na economia solidária. Trata-se de um processo de construção de parâmetros com o intuito de direcionar os estudos acerca da sustentabilidade de tais projetos.

#### REFERÊNCIAS:

ANDION, Carolina. **A gestão no campo da economia solidária:** particularidades e desafios. RAC. Revista de Administração Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 9, n.1, p. 79-99, 2005.

FRANÇA FILHO, Genauto; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária:** uma abordagem internacional. Rio Grande do Sul. Editora da UFGS. 2004.

GAIGER, LUIZ INACIO. **A outra racionalidade da economia solidária;** conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. Revista Crítica de Ciências Sociais, v. 79, p. 57-77, 2007a.

GAIGER, LUIZ INACIO. **A economia solidária no Brasil:** refletindo sobre os dados do primeiro mapeamento nacional. In: II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, 2007, Florianópolis. Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, 2007b.

GAIGER, Luiz Inacio. Sentido e possibilidades da economia solidária hoje. In: KRAYCHETE, Gabriel; Lara, Francisco; Costa, Beatriz. (Org.).

**Economia dos setores populares:** entre a realidade e a utopia. Rio de Janeiro: Vozes, 2000, v. p. 199-218.

LISBOA, A. M. **Economia solidária e autogestão:** imprecisão e limites. RAE. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 45, n.3, p. 109-115, 2005.

KRAYCHETE, G. Economia popular solidária: indicadores para qual sustentabilidade? In: KRAYCHETE, Gabriel; CARVALHO, Patrícia. (Org.). **Economia popular solidária:** indicadores para a sustentabilidade. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2012, v., p. 15-25.

KRAYCHETE SOBRINHO, G. **Puxando o fio da meada.** Viabilidade econômica de empreendimentos associativos I. Rio de Janeiro: Capina, 1998. v. 2. 43p.

POLANYI, Karl. **A grande transformação:** as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RAY, C. **Endogenous sócio-economic development and trustful relationship:** partnerships, social capital and individual agency. Working Paper 45, Centre for Rural Economy, University of Newcastle upon Tyne, 2000.

REIS, T. A.; FRANÇA FILHO, G. **Economia solidária e sustentabilidade plural:** o caso da COOPAED. In: III Encontro Internacional de Economia Solidária: Desenvolvimento Local, Trabalho e Autonomia, 2005, São Paulo.

ROSENFELD, C. L. A autogestão e a nova questão social: repensando a relação indivíduo e sociedade. In: LIMA, Jacob Carlos. (Org.). **Ligações Perigosas;** trabalho flexível e trabalho associado. São Paulo: AnnaBlume, 2007, v. 1, p. 1-311.

SANTOS, V. G. ; MATOS FILHO, J. ; ARAÚJO, M. M.; FERNANDES, V. V. F. **A economia solidária na encruzilhada:** eficácia ou eficiência econômica? Conjuntura & Planejamento, 2013.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, R. M. A. Sustentabilidade dos Empreendimentos Econômicos Solidários: desafios da construção de indicadores. In: KRAYCHETE, Gabriel; Carvalho, Patricia. (Org.). **Economia popular solidária:** indicadores para a sustentabilidade. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2012, p. 93-110.